

A EDUCAÇÃO COMO DIREITO: UMA DISCUSSÃO POSSÍVEL

LA EDUCACIÓN COMO DERECHO: UNA DISCUSIÓN POSIBLE

Saulo Roger Cavalcante Saraiva*

RESUMO

O presente artigo investiga como a gestão democrática em escolas públicas do Ceará, com foco na Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva, contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes. A pesquisa explora os desafios estruturais, pedagógicos e sociais que comprometem a qualidade da educação pública, apesar dos avanços em universalização e infraestrutura. A educação é tratada como direito fundamental, essencial para a construção de uma sociedade democrática. Inspirado em autores como Paulo Freire e Gadotti, o artigo destaca a importância de práticas pedagógicas que promovam autonomia, participação e valores como solidariedade e justiça. A pesquisa utilizou entrevistas, questionários e observação para analisar o papel da escola na formação cidadã, identificando limitações como desmotivação dos alunos, inadequação curricular e déficit de recursos humanos. Embora iniciativas como conselhos escolares e gestão participativa demonstrem avanços, o modelo neoliberal, focado em eficiência econômica, é criticado por mascarar desigualdades e restringir a inclusão social. O estudo conclui que a formação cidadã plena ainda é um desafio, pois a escola enfrenta dificuldades em conectar teoria e prática, preparar alunos para a participação ativa na sociedade e superar barreiras socioeconômicas. Para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora, é necessário o envolvimento de toda a comunidade e o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com a equidade e a cidadania.

Palavras-chave: Gestão democrática; Formação cidadã; Educação inclusiva; Participação comunitária.

RESUMEN

El presente artículo investiga cómo la gestión democrática en las escuelas públicas de Ceará, con foco en la Escuela de Enseñanza Media Sabino Nunes da Silva, contribuye a la formación de ciudadanos críticos y conscientes. La investigación explora los desafíos estructurales, pedagógicos y sociales que comprometen la calidad de la educación pública, a pesar de los avances en universalización e infraestructura. La educación se aborda como un derecho fundamental, esencial para la construcción de una sociedad democrática. Inspirado en autores como Paulo Freire y Gadotti, el artículo destaca la importancia de prácticas pedagógicas que promuevan la autonomía, la participación y valores como la solidaridad y la justicia.

*Saulo Roger Cavalcante Saraiva - Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS) Email: saulo.s...@prof.ce.gov.br

La investigación utilizó entrevistas, cuestionarios y observación para analizar el papel de la escuela en la formación ciudadana, identificando limitaciones como la desmotivación de los estudiantes, la inadecuación curricular y el déficit de recursos humanos. Aunque iniciativas como los consejos escolares y la gestión participativa demuestran avances, el modelo neoliberal, centrado en la eficiencia económica, es criticado por enmascarar desigualdades y restringir la inclusión social. El estudio concluye que la plena formación ciudadana sigue siendo un desafío, ya que la escuela enfrenta dificultades para conectar teoría y práctica, preparar a los estudiantes para la participación activa en la sociedad y superar barreras socioeconómicas. Para alcanzar una educación verdaderamente inclusiva y transformadora, es necesario el involucramiento de toda la comunidad y el fortalecimiento de políticas públicas comprometidas con la equidad y la ciudadanía.

Palabras clave: Gestión democrática; Formación ciudadana; Educación inclusiva; Participación comunitaria.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo investigou o processo de formação da cidadania do aluno da escola pública estadual da cidade de São Luís do Curu, no Estado do Ceará. Nossa decisão em estudar essa problemática parte da constatação de que o discurso pela qualidade da educação continua cada vez mais veiculado na mídia, defendendo a ideia de que ela existe e está a serviço das camadas populares da maneira como é divulgada.

Tem como objetivo geral compreender até que ponto a gestão entendida como de características democráticas implementada nas escolas da rede pública estadual do Ceará, tem contribuído para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, formando indivíduos críticos e responsáveis, conscientes de seus direitos e deveres. E em específico, optamos por identificar no discente a existência de características da autonomia, observando a tomada de decisões adequadas em benefício próprio, do grupo e da escola em um contexto de reconhecimento dos seus direitos, inseridos numa atmosfera de participação e prática de seus deveres; identificar até que ponto os alunos se sentem sujeitos da aprendizagem e partícipes na construção de regras e funcionamento do grupo em que estão inseridos.

Harmonizar o modelo da qualidade total presente na linguagem educacional em decorrência do avanço do neoliberalismo no Brasil, a partir das reformas políticas e educacionais do decênio de 1990, com as necessidades básicas das instituições escolares constitui um grande desafio, pois observamos que no mundo atual, as mudanças se processam em alta velocidade, de modo que influenciam as

atividades e os comportamentos humanos e a escola encontra dificuldades em acompanhar o ritmo das mudanças ou transformações.

A busca pela inversão dessa realidade se apresenta através da universalização de vagas, implementação de equipamentos, fortalecimento dos ambientes de aprendizagem, garantia dos livros didáticos e da merenda escolar etc. indicando que está em vigor o processo de garantia de infraestrutura que garantem o mínimo necessário para a concretização de um projeto educativo. Inclui -se também o empenho incessante pela consecução de um espaço que seja visto como democrático, moderno, voltado para os interesses da sociedade.

Todos os aspectos relevantes deste trabalho são influenciados pelo acompanhamento aos projetos escolares desenvolvidos no decorrer do ano letivo, tendo como suporte questionários, entrevistas com alunos, professores e coordenadores, com o objetivo de identificar os pontos importantes da formação dos alunos e compreender a importância que estes dão aos temas aqui tratados.

A natureza do diagnóstico pensado na instituição girou em torno de: reconhecer nos alunos a capacidade de reflexão e organização do pensamento ao emitir opiniões, críticas e sugestões; identificar o nível de participação dos alunos na construção de regras e funcionamento do grupo em que estão inseridos; determinar o nível de cooperação entre os alunos; entender até que ponto os alunos se sentem sujeitos da sua própria aprendizagem num contexto de interação com os conhecimentos já concebidos.

Com relação à prática pedagógica dos professores, buscamos analisar as condições objetivas e subjetivas de trabalho no contexto da nova escola pública estadual do Ceará, entendendo que essas condições interferem no processo de aprendizagem dos alunos.

No que diz respeito ao compromisso e competência dos gestores quisemos estudar a qualidade de gerenciamento dos recursos destinados à sustentação das condições favoráveis ao bom desempenho das atividades do cotidiano escolar.

No que se refere a atuação do órgão responsável pela política educacional do Estado (Secretaria da Educação Básica), procuramos identificar dentro do discurso da qualidade, os pontos de convergência e divergência com a realidade escolar. Que fatores precisam integrar-se para a construção coletiva desta escola.

A síntese desse material é que nos direciona para entendermos como o processo de ensino e aprendizagem tem contribuído para a formação da cidadania

do discente, concorrendo para a formação de indivíduos críticos e responsáveis, conscientes de seus direitos e deveres, respeitando os princípios de cidadania.

Dessa forma os conceitos de cidadania que irão orientar este trabalho serão, dentre outros, os de Luís Armando Gandin (1995), que analisa a extensão dos direitos da cidadania a partir da superação da lógica particularista, que segundo ele, “está arraigada na cultura brasileira, e que tanto contribui para agravar e perpetuar as desigualdades socioeconômicas”; as de Marilena Chauí (1985) que defende a ideia de que uma sociedade é democrática quando “além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social se realiza como um contra-poder que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes”.

Também estão presentes as ideias de Freire, Paulo (1997), que resguarda o pensamento de que a docência deve estar atenta à “necessidade de respeito ao conhecimento que o aluno traz para a escola, visto ser ele um sujeito social e histórico”. As de Gadotti (1995) que observa que “uma educação para a cidadania acontece onde todos participam do processo de tomada de decisão, pois a participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania”.

Fundamentam também este trabalho o pensamento de José Carlos Libâneo (1989), defensor de que a democratização da escola pública deve caminhar para a melhoria de vida das camadas populares da sociedade, a partir “da ampliação das oportunidades, difusão dos conhecimentos e a sua reelaboração crítica, assim como o aprimoramento da prática educativa”; as de Thomas Marshall (1967) que defende a cidadania como um status adquirido em decorrência de se pertencer a um Estado-Nação.

Importante destacar o pensamento intelectual de Guiomar Namó de Mello (1997) que coloca a instrução como “importante elemento do conjunto de direitos do cidadão onde o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa, constituem matérias-primas vitais para o desenvolvimento e a modernidade, compromisso assumido pelos países ricos e industrializados, que deslocam as prioridades de investimento em infraestrutura e equipamentos, para a formação de habilidades cognitivas e competências sociais da

população”, responsabilidade da educação.

Ao tratar do tema “Educação para a Cidadania” a educação é enfocada como um direito fundamental para o cidadão e suas possibilidades de formação das gerações que têm a possibilidade de, na instituição escolar, conhecer os horizontes filosóficos da democracia como garantia de seus direitos. O estudo dissertativo buscou em autores como: Da Matta (2004); Kant (2005); Gadotti (2001); Marshall (1967); Mello (2002); Morin (2002) dentre outros, o aporte teórico necessário ao desenvolvimento do referido capítulo.

Em seguida enfocamos as principais realizações governamentais implementadas no setor educacional na instância estadual onde está inserida a escola. Tais medidas também foram direcionadas à expansão do ensino médio no Estado do Ceará. Nesta parte buscamos a contribuição de Farias (2004); Melo (2006); Soares (2009), dentre outros.

Concluimos tratando das análises sistematizadas a partir das observações realizadas e apreciações dos questionários direcionados ao cotidiano escolar da instituição.

Nas considerações finais apresentamos a conclusão da pesquisa, indicando novos caminhos.

2. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Podemos entender o conceito de educação para a cidadania como os valores e as práticas que têm como objetivo a construção de indivíduos críticos, conscientes e de considerável nível de participação na sociedade. A educação pode desenvolver nos indivíduos diversas habilidades e competências importantes para o exercício de direitos e deveres de maneira consciente, a partir da reflexão sobre questões sociais, éticas e políticas e assim ajudar na construção de uma sociedade democrática.

A formação de cidadãos participativos configura-se como a busca incessante de gerar indivíduos capazes de compreender a sociedade e intervir na sua realidade tendo como suporte a construção de valores como solidariedade, justiça, tolerância e respeito, imprescindíveis para a boa convivência

3. O DIREITO À EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988², em seu artigo 204, assegura que o povo organizado participe na elaboração e controle das políticas sociais em todos os níveis. Assim, todas as decisões sobre a educação pública passam a fazer parte das políticas sociais, que também incluem saúde, moradia entre outras, com todas as ações destinadas a promover e melhorar a vida das pessoas.

A Constituição também assegura a igualdade de todos perante a lei e um conjunto de garantias à liberdade de pensamento e de associação (art.5º), além de amplos direitos políticos (artigos 14 a 16). Inclui também um capítulo dedicado aos direitos sociais, como a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados (art.6º).

Nesse sentido, observamos então a importância de várias conquistas obtidas no plano legal, que podem ser utilizadas como instrumento de luta da sociedade organizada. Torna-se claro também que a experiência histórica evidencia uma relação entre a conquista dos três tipos de direito: sociais, civis e políticos.

Nota-se que a garantia dos direitos sociais, numa sociedade de classes, exige um elevado nível de intervenção do Estado, já que os mecanismos de mercado são incapazes de, sozinhos, prover o atendimento às necessidades básicas da população. No caso do Brasil, a acentuada presença do Estado na economia e na sociedade foi por muito tempo objeto de críticas, agravada pelo fato do gigantismo estatal ter produzido pouco em termos de bem-estar, uma ideia que pode ser considerada verdadeira.

Porém jamais podemos esquecer que a intervenção estatal no Brasil, na medida em que é norteadada por critérios particularistas (clientelismo, nepotismo, favoritismo, corrupção), é a grande responsável pelo descalabro em termos de atendimento dos direitos dos cidadãos.

Para que os direitos sociais sejam estendidos a todos os cidadãos brasileiros,

²A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a atual Carta Magna do Brasil. É sétima constituição do país e a sexta do período republicano brasileiro. Caracteriza-se por estabelecer a transição do regime considerado autoritário, a Ditadura Militar, compreendida entre os anos de 1964 e 1985, para o regime democrático, de 1985 até os dias atuais. Foi construída por uma Assembleia Constituinte com a participação de 559 parlamentares, de diversas correntes de pensamento. Promulgada em 05 de outubro de 1988, no Governo de José Sarney.

é necessário orientar a ação estatal por uma pauta de direitos e deveres que aplica a todos os indivíduos, independente de sua classe social e quaisquer diferenças culturais, pois a noção de cidadania é incompatível com a ótica particularista dos diversos tipos de práticas corruptas, que têm em comum justamente a indistinção entre o que é privado e o que público.

No nosso país não se constitui obrigação do Estado encarregar-se diretamente do provimento de todos os serviços públicos, porém assegurar a todos o acesso universal a eles.

Este é o caso da educação, porque além de constituir um direito social - na medida em que o acesso a ela é condição para se desfrutar, como ser civilizado, da herança social - constitui também um requisito para o efetivo exercício dos direitos civis e dos direitos políticos. O direito à liberdade de expressão, por exemplo, torna-se inócuo quando, devido à falta de educação, os indivíduos são incapazes de formular adequadamente suas demandas ou de encontrar os meios de se fazerem ouvir. (Marshall, 1967, p.80).

Os artigos 206 e 209 da Constituição Federal consolidam o Estado como prestador de serviços e garantidor de direitos individuais. Os parágrafos 1º ao 3º do artigo 208 da Constituição Federal determinam a obrigatoriedade de concretização do direito público subjetivo à educação gratuita por parte do Estado, assim como o responsabiliza pela omissão ou pela ausência da efetivação. Outras leis asseguram esse dever por parte do Estado.

O art. 5º, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996), assim como o art. 54, § 1º e § 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n.º 8.069 de 13 de julho de 1990), são exemplos. Outros artigos tratam da questão: o art. 209 da Constituição Federal permite que, o ensino seja oferecido pela iniciativa privada, sendo supervisionado e fiscalizado pelo Estado; o art. 213 permite que o Estado financie ou ofereça profissionais para atender a comunidade em escolas confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, utilizando-se dos recursos públicos. Tendo como base os referidos dispositivos legais concluímos que é ampla a tarefa do Estado, tendo em vista o fato da responsabilidade garantir a qualidade da educação além de ter que cumprir outras atribuições.

A Educação é hoje, em muitas nações do mundo, uma prioridade. Diferentes países, de acordo com suas características históricas, promovem reformas em seus

sistemas educacionais, com a finalidade de torná-los mais eficientes e equitativos no preparo de uma nova cidadania, capaz de enfrentar a revolução tecnológica que ora se observa no processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos. Segundo Mello (2002, p.30)

Já se tornou evidente que o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa, constituem matérias-primas vitais para o desenvolvimento e a modernidade. Os países industrializados mais adiantados deslocam as prioridades de investimento em infraestrutura e equipamentos, para a formação de habilidades cognitivas e competências sociais da população. Esse deslocamento faz com que a educação escolar adquira centralidade nas pautas governamentais e na agenda dos debates que buscam caminhos para uma reestruturação competitiva da economia, com equidade social.

No caso do terceiro mundo, especialmente a América Latina, observa-se a existência da mesma preocupação, porém requer estratégias que se coadunem com às suas peculiaridades. Neste contexto, exige-se que “a transformação produtiva e a inserção competitiva nos mercados mundiais não sejam dissociadas da promoção da equidade. Pode-se então dizer que a educação parece ser convidada para expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia, como um dos fatores que podem favorecer a associação entre crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida e à consolidação dos valores democráticos” (MELLO, 2002, p.31).

De maneira geral, o cenário educacional observado deixa transparecer que em países como o Brasil que ainda não resolveu por completo questões básicas da educação, certas habilidades não constituiriam prioridades. Segundo Mello (2002, p.31) são elas: domínio da leitura e da escrita, as habilidades cognitivas e competências sociais de grau superior, tais como: flexibilidade, autonomia, capacidade de adaptação a situações novas, não constituiriam prioridades.

As novas exigências do processo produtivo colocam na escola a responsabilidade de oferecer um sólido domínio dos códigos instrumentais da linguagem, da matemática e dos conhecimentos científicos. Exige também que ela propicie, além do domínio de informações específicas, a formação de habilidades cognitivas que, segundo Mello, são: compreensão, pensamento analítico e abstrato, flexibilidade de raciocínio para compreender situações emergentes, assim como desenvolva a capacidade de solucionar problemas.

Além do que foi visto, acrescenta-se a formação de competências sociais, como liderança, iniciativa, capacidade de tomar decisões, autonomia no trabalho, habilidade de comunicação. E para resolver o problema do acúmulo de informações, deve-se trabalhá-lo para selecionar as informações segmentadas e superficiais, dominando em profundidade as informações básicas e aprimorando as formas de acesso à informação, para desenvolver a capacidade de reunir e organizar aquelas que são relevantes (Mello, 2002, p.34).

Ao conceber a educação como elemento necessário para a consecução da cidadania, podem-se destacar pontos considerados causadores do entrave no que diz respeito ao oferecimento deste direito, que requer competências e expansão nos aspectos quantitativos e qualitativos.

A municipalização³ do ensino fundamental no Brasil levou alguns municípios a arcar com encargos educacionais distantes de sua realidade financeira, não podendo cumprir na quantidade necessária e na qualidade desejada. A expansão quantitativa, de certa forma incontestável, não foi acompanhada de uma organização institucional capaz de monitorar o sistema educacional e assim capacitá-lo para oferecer um ensino de qualidade, obviamente favorecendo as condições mínimas para o seu funcionamento.

As políticas sociais adotadas pelos governos nas décadas de 70 e 80 ampliaram, de certa forma, o acesso à escola, satisfazendo a uma demanda urgente naquele momento. Quanto à qualidade do ensino ministrado, os esforços não foram os mesmos. A expansão quantitativa e a extensão da escolaridade foi se processando de forma desordenada. Mesmo existindo leis que estabeleciam as normas básicas para a atuação no magistério, em regiões mais carentes tal aspecto não constituiu objeto de atenção e cumprimento.

4. A ESCOLA COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO: UMA LUTA EM CONSTRUÇÃO

A participação popular, elemento de uma sociedade autônoma, é capaz de

³Constituição Federal de 1988, no artigo 211 estabelece a organização dos sistemas de ensino entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pela via denominada de Regime de Colaboração, reformulado posteriormente pelas Emendas Constitucionais nº 14/96, EC nº 53/2006 e EC nº 59/2009. A Constituição propõe que os Municípios atuem prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil (§2º) e os Estados e o Distrito Federal atuem prioritariamente no ensino fundamental e médio (§3º). Cabe lembrar aqui que a idéia de municipalização do ensino no Brasil não é algo tão recente. Inclusive teve como grande defensor o Educador Baiano Anísio Teixeira, nos anos 50.

se contrapor ao particularismo, já que a democracia representativa tem se revelado incapaz de garantir, por si só, os direitos dos cidadãos. Isto requer tanto a criação de oportunidades para que a população possa expressar diretamente seus interesses e demandas, como a modificação do aparelho de Estado para atendê-los efetivamente.

Para tanto, é necessário que a formulação e execução das políticas públicas sejam feitas de forma descentralizada, isto é, através da transferência de recursos e de poder decisório a níveis hierarquicamente inferiores da administração. Com efeito, a centralização do processo decisório é incompatível com a democracia, enquanto que a centralização da execução é incompatível com a eficiência.(Gandim, 1995, p. 18).

De certa forma, essa condição pode colocar a municipalização dos serviços como saída para problemas causados pelo centralismo, porém o fortalecimento dos municípios deve ser acompanhado pela criação de mecanismos de fiscalização modernos e eficazes, diferentes dos já existentes, também fiscalizados pela população.

No caso do Estado do Ceará, a realidade das escolas públicas de sua responsabilidade favorece a tentativa de incentivar a participação popular. Tendo como pilar mestre a escolha democrática dos gestores, através do voto direto de todos os membros dos segmentos da comunidade escolar; a criação do Conselho Escolar que atua como órgão fiscalizador e parceiro das ações da gestão e a organização e viabilização dos Grêmios Estudantis. São ações que viabilizam a participação das decisões e distribuição de responsabilidades, tornando a escola um ambiente onde as decisões são discutidas e assumidas por todos.

Segundo Gadotti (2001), “a participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania”, pois a Educação para a cidadania acontece na participação do processo de tomada de decisão, a criação dos conselhos representa parte desse processo.

O Conselho Escolar, que deve ser autônomo em relação à administração pública, com a participação de pais, professores, alunos e funcionários, é o órgão mais importante de uma escola que quer considerar-se autônoma. Gadotti (1995), defende que o conselho também deve deliberar, sobre o currículo, o calendário escolar, a formação das classes, períodos e horários, atividades culturais, enfim, sobre o governo da escola como um todo.

Na Escola onde foi desenvolvida a pesquisa, a atuação do Conselho Escolar⁴, defende os interesses da comunidade, avalia a aplicação dos recursos, apoia as campanhas, discute o fazer pedagógico e aponta prioridades necessárias para o bom funcionamento da unidade escolar. O que antes era propagado como vontade pessoal do gestor é visto como uma decisão tomada pelos representantes da comunidade escolar.

A contribuição para a formação da cidadania dos alunos neste contexto, pode ser entendida no momento em que a atuação do Conselho representa o início da história de uma escola pública autônoma e democrática; democrática na gestão, quanto ao acesso e permanência de todos.

A administração pública da escola pode se fundar sobre uma visão sistêmica estreita que procura acentuar os aspectos estáticos - como o consenso, a adaptação, a ordem - ou uma visão dinâmica que valoriza a contradição, a mudança, o conflito. (Sander, 1984).

A gestão pública das escolas estaduais hoje aponta, segundo a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, para o aperfeiçoamento do seu caráter democrático. Segundo Gadotti (2001); “não se pode entender ‘gestão democrática’ como um complicado sistema de eleições de representantes para todas as funções do sistema educacional”. A escolha, no seu entender, deve ser reservada para dirigentes em que os próprios cidadãos não podem exercer diretamente a cidadania.

Segundo a Secretaria Estadual de Educação, é atribuída aos gestores a função de mobilizar condições favoráveis ao desempenho dos professores e demais funcionários da escola; criar oportunidades para sistemáticas trocas de ideias, de experiências e criação conjunta de trabalho; coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico da Escola; coordenar o processo avaliativo institucional; compartilhar o processo de tomada de decisões com os demais membros do Núcleo Gestor; coordenar a elaboração de normas de trabalho em equipe e zelar pela sua efetivação, entre outras.

São várias as atribuições dirigidas tanto aos diretores como aos coordenadores pedagógicos das escolas estaduais, tendo como objetivo, segundo a própria Secretaria de Educação, assegurar a aprendizagem de atitudes, habilidades e conteúdos necessários ao pleno exercício da cidadania; ser a escola um espaço

⁴ O Conselho Escolar da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva é composto por 14 membros, representando cinco segmentos ligados à instituição.

educativo onde todos aprendem; ser uma escola crítica e comprometida com a transformação da realidade, além de dinâmica e atrativa; ser participativa e democrática no acesso, na gestão e na permanência bem sucedida de seus alunos.

Devemos então analisar as reais condições de se colocar em prática esse Projeto Pedagógico que diz ter como prioridade uma ação curricular dinâmica e criativa, integrada por atividades socioeducativas e intercalada pela arte-educação, cultura e pelo esporte. Isso se faz necessário para não incorreremos no erro de culpar os gestores por uma possível falha no curso da história do modelo de educação descrito aqui, tendo em vista que o discurso liberal atribui à esfera pública todos os males sociais e econômicos de nossa atual situação.

Estamos diante de uma profunda e ampla reorganização política, econômica, social e ideológica tendo no seu centro o chamado neoliberalismo e suas propostas para organizar a sociedade em função do mercado e dos interesses privados e empresariais. A educação e a escola, por sua importância política e estratégica, merecem um papel de destaque nessas propostas de reforma política e social.

Na realidade o modelo neoliberal parece querer inspirar as ações das escolas estaduais. Podemos observar no discurso da instância maior da Educação no Estado, quando defende a busca da “qualidade total” e a adequação da escola de acordo com as características de sua “clientela”, termo usado para caracterizar a comunidade servida pela escola. Essa nova realidade nos leva a fazer algumas reflexões acerca da eleição da cidadania como “eixo vertebrador” da educação escolar.

A necessidade de avaliar o que se está ensinando no presente fundamenta o pensamento do teórico Morin, Edgar (2002), que sistematiza os sete saberes. Segundo o autor, existem problemas centrais ou fundamentais que permanecem totalmente ignorados ou esquecidos que são necessários para o exercício docente neste século de vida da humanidade. São conceitos gerais que toda a sociedade ou cultura deveria entender como relevantes, porém considerando que o saber científico inspirador para situar a condição humana é provisório e envolto em mistérios referentes ao universo, à vida e ao surgimento do ser humano.

Sobre democracia, vertente tratada neste trabalho, analisa Morin que ela necessita ser acreditada pela maioria dos cidadãos, porém necessita também, além do consenso, de diversidade e antagonismo, pois nutre a diversidade de interesse e a diversidade de ideias, para lhe conferir vitalidade e produtividade.

Isso caracteriza a democracia como sistema político complexo pois vive de pluralidade, concorrências e antagonismos, permanecendo como comunidade.

Desta forma, podemos compreender sobre o processo da despolitização da política que, segundo Morin, “se autodissolve na administração, na técnica, na economia, no pensamento quantificante” (2008, pág.110). Segundo o autor, o processo de regressão da democracia ocorre em decorrência da política fragmentada que, por sua vez, perde a compreensão da vida, dos sofrimentos, dos desamparos, das solidões, das necessidades não quantificáveis. Dessa forma, a contemporaneidade aponta que o desenvolvimento da ciência, da técnica e da burocracia produz além de conhecimentos e elucidações, ignorâncias e cegueiras, gerando classes de pessoas que têm acesso e as que são impedidas pelo domínio da nova classe.

Fazendo referência a Kant (2005), o autor desenvolve o pensamento acerca da cidadania terrestre, elegendo a solidariedade como elemento primordial para a vida em sociedade, como forma de impedir a sua autodestruição. Conclui que “sós e em conjunto com a política do homem, a política de civilização, a reforma do pensamento, a antro-po-ética, o ‘verdadeiro humanismo, a consciência da Terra-Pátria reduziriam a ignomínia no mundo” (2008, pág. 114).

5. A CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica que incluiu as principais realizações governamentais implementadas no setor educacional nas instâncias estadual onde está inserida a escola analisada. Enfoca com destaque as medidas tomadas pelos diversos Governos no intuito de estabelecer a expansão do ensino médio no Estado do Ceará.

No presente artigo, tratamos da discussão da educação como um direito fundamental para o cidadão e possibilidades de formação das gerações que têm a viabilidade de, na instituição escolar, conhecer os horizontes filosóficos da democracia como garantia de seus direitos.

6. A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES DA SILVA

Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva é sediada à rua Rochoael



Moreira, número 101, no Município de São Luís do Curu, Estado do Ceará. Situa-se na saída da cidade para algumas regiões rurais do referido município. Foi criada pelo Decreto nº 11.770/1976 de 04 de março de 1976, no governo do Coronel Adauto Bezerra. É uma instituição própria de educação escolar, pertencente à Rede de Ensino Oficial do Estado do Ceará, mantida pelo Governo Estadual e subordinada técnica e administrativamente à Secretaria de Educação Básica – SEDUC, sob a jurisdição do Centro Regional de Desenvolvimento da Educação – 2º CREDE, com sede no município de Itapipoca. É inserida em um município simples da região do Vale do Rio Curu, onde podemos observar uma população carente de respeito, solidariedade, estrutura familiar, dignidade, justiça, trabalho e o real exercício da cidadania.

A escola pesquisada oferece Ensino Médio regular. Urbana, localiza-se em uma região periférica da sede, com acesso fácil pelos diversos tipos de transporte. A tipificação da escola junto à Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará é “B”, de acordo com a sua matrícula, 380 alunos, oriundos da sede e de 17 localidades rurais.

Considerada uma escola de estrutura média possui as seguintes dependências: 6 salas de aula, sala de educação especial, sala do diretor e coordenadores, sala de professores e professoras, 2 (dois) laboratórios de informática (com 44 computadores para uso de alunos), quadra de esportes coberta, cozinha, sala de planejamento pedagógico, sala de professores, recepção, 2(dois) banheiros para funcionários, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, pátio coberto, pátio descoberto e área livre. A escola conta 3 (três) gestores, 01 (uma) secretária, 01 (um) assessor financeiro, 18 (dezoito) professores, (dez) funcionários, sendo 5(cinco) estáveis e 5 (cinco) terceirizados.

Os dados de infraestrutura: água filtrada, água da rede pública, fossa, lixo diariamente coletado pelo serviço público, acesso à internet. Os equipamentos de que a escola dispõe são: copiadora, impressoras, aparelhos de som, caixas amplificadas, microfones, TV, DVD, antena parabólica, retroprojeter e projetor multimídia (Datashow).

A Instituição funciona em regime de externato com os cursos de Educação Básica, nos turnos matutino e vespertino, especificamente nas etapas do Ensino

Médio, que tem duração mínima de 03 (três) anos letivos, com o mínimo de 800 horas anuais de atividades, de acordo com a legislação vigente, normas e instruções expedidas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

Preconiza o Projeto Político Pedagógico da referida escola a realização da ação educativa, fundamentada nos princípios da solidariedade humana, universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar, conjugados com as vertentes determinantes de uma Escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício e direitos e o cumprimento dos deveres, sinônimo de cidadania.

A preocupação da instituição pesquisada é conceber uma forma de cotidiano escolar em que seja possível a aprendizagem contextualizada e bastante significativa, levando aos educandos a motivação de participar, interagir e conseqüentemente aprender.

A ideia que permeia a cabeça de muitos docentes é a de que uma parcela de alunos frequenta as aulas como se fosse obrigada e isso implica uma baixa participação nas atividades básicas escolares, demonstrando um nível preocupante de apatia durante as atividades desenvolvidas pelos professores. Vale ressaltar que algumas atividades têm muita aceitação por parte dos jovens.

Observa Paulo Freire que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma

exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”(Freire, p.24). Ainda segundo Freire ensinar exige rigorosidade metódica:

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada a ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no tratamento do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. (Freire, 1986, p.29).

Outro grande desafio da escola pesquisada concentra-se na formulação de um currículo capaz de se adequar às exigências impostas por uma sociedade em

transformação, caracterizada pela mutação tecnológica e social. Um currículo que supere a reprodução de saberes prontos e que considere de verdade saberes presentes na vida dos seus educandos; o estabelecimento de nexos entre a vida dos educandos e os saberes que são adquiridos dentro e fora da escola e a comunidade em que está inserida.

Observa-se também o fato de que muita atenção é voltada para o ensino, esquecendo-se de focar no potencial da aprendizagem. Os saberes escolares tratados se distanciam das práticas vivenciadas pelos educandos no seu dia a dia. Este fato tão presente no ensino médio compromete o nível de aprendizagens, ou seja, proficiência.

Segundo a professora Patrícia Cristina de Aragão Araújo (2011),

A falta de motivação e de interesse gera o distanciamento do educando(a) com relação a querer aprender, participar, tornar-se presente no processo educativo. Conduzir o educando a questionar, a participar e a encontrar sentido no que aprende e fazer deste aprendizado um caminho de mudanças na sua própria vida, de querer mais, de posicionar-se criticamente, de emancipar-se, devem ser as perspectivas do educador e os propósitos da educação escolar. (Araújo, 2011, p.115).

No cotidiano da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva, os professores são levados a estudar e compreender os obstáculos e dificuldades encontrados pelo docente, que interferem diretamente na aprendizagem dos alunos, fato que se coloca como essencial na gestão pedagógica, na sua luta incessante de buscar a realização de uma didática proativa, real e eficaz de acordo com as necessidades mais urgentes de se alcançar a melhor proficiência discente.

Quando o professor decide a natureza do homem que quer formar para a sociedade, deve levar em conta uma reflexão profunda sobre o tipo de sociedade que temos e, conseqüentemente, o tipo de sociedade que queremos. As medidas pedagógicas implementadas ao longo dos anos sempre estiveram em sintonia com a função social movida pelo substrato econômico e, por esta razão, detectamos que, no decorrer da história a Educação Mundial foi influenciada e oscilou em meio a múltiplas propostas pedagógicas que em vários momentos deixavam aparente o seu direcionamento aos programas e projetos com o objetivo de atender o campo econômico.

Consideramos importante então sublinhar um dos trabalhos mais

significativos que serve de parâmetro para analisarmos a nossa atuação docente, em oposição à lógica do pensamento descrito, os quatro pilares da educação.

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors, que editado em forma de livro gerou "Educação:Um Tesouro a Descobrir" de 1999⁵. O seu quarto capítulo traz a proposta de uma educação direcionada para os quatro tipos fundamentais de educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser.

Na prática, parece que a forma adotada pelos professores na escola pesquisada indica que tem ênfase o domínio do aprender a conhecer e, em menor escala, do aprender a fazer. Esse pensamento nos leva a crer que estas aprendizagens, direcionadas para a aquisição de instrumentos de compreensão, raciocínio e execução tendem a ser consideradas incompletas sem os outros domínios da aprendizagem.

Dentre as temáticas sobre ensino e aprendizagem mais discutidas nos encontros pedagógicos da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva , podemos destacar a interdisciplinaridade como assunto presente no seio das discussões acerca do trabalho docente.

Transcender a tendência didática em que prevalece o modelo antigo de aprendizagem no qual existem a informação dada pelo professor e a assimilação pelo aluno. No texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, fica explícita a importância desse princípio pedagógico.

“Para observância da interdisciplinaridade é preciso entender que as disciplinas escolares resultam de recortes e seleções arbitrários, historicamente constituídos, expressões de interesses e relações de poder que ressaltam, ocultam ou negam saberes (Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio. Brasília: MEC, 2002, pág. 88)”.

(...) É importante enfatizar que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido ela deve partir da

⁵DELORS, Jacques (org.). Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012. Ministro da Economia e Finanças da França (1981), Jacques Lucien Jean Delors ocupou vários cargos importantes em sua trajetória, como por exemplo Presidente da Comissão Europeia de 1985 a 1995. De 1992 a 1996, presidiu a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI na UNESCO. O Relatório da referida Comissão foi editado em forma de livro que recebeu o nome de "Educação:Um Tesouro a Descobrir" de 1999.



necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários. Explicação, compreensão, intervenção são processos que requerem um conhecimento que vai além da descrição da realidade mobiliza competências cognitivas para deduzir, tirar inferências ou fazer previsões a partir do fato observado (Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Brasília: MEC, 2002, p. 88 e 89).

Pensar a interdisciplinaridade não significa criar novas disciplinas ou saberes, porém utilizar os diferentes conhecimentos das disciplinas do currículo do ensino médio. Essa é a temática central dos questionamentos desenvolvidos durante os encontros pedagógicos.

Justificar a importância da interdisciplinaridade é compreender que, desde o século XV, a ciência tem transformado a vida das pessoas em decorrência do advento dos novos conhecimentos propiciados por ela. Novas práticas e novas técnicas de pesquisa surgem com o renascimento e pesquisas, até então abandonadas, ressurgem em várias áreas.

Outro ponto de destaque no âmbito do planejamento escolar da instituição pesquisada, refere-se à participação da família no cotidiano escolar. Na atualidade, a família é convocada a participar ativamente do encorajamento, acolhimento, condução e outras formas de acompanhamento do cotidiano escolar. A instituição escolar considera a família como uma parcela muito importante e fundamental na desenvoltura discente, por esta razão convive com uma infinita busca por um envolvimento de qualidade da família com a escola, na tentativa de promover o sucesso.

Brandão, Carlos Rodrigues (2002, p.99) ao nos falar sobre a esperança na educação diz:

A resposta mais simples é: “porque a educação é inevitável”. Uma outra, melhor seria: “porque a educação sobrevive aos sistemas e, se em um ela serve à reprodução da desigualdade e à difusão de ideias que legitimam a opressão, em outro pode servir à criação da igualdade entre os homens e à pregação da liberdade”. Uma outra ainda poderia ser: “porque a educação existe de mais modos do que se pensa e, aqui mesmo, alguns deles podem servir ao trabalho de construir um outro tipo de mundo.

A própria legislação nacional aponta a responsabilidade dos pais nesse processo de formação. Se observarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, veremos que a educação é um direito assegurado. Mesmo que até os cinco anos de idade a frequência às creches e pré-escolas seja uma opção dos pais, cabendo ao Estado o dever de oferecer vagas nestes espaços, no ensino

fundamental que inicia aos seis anos de idade, a educação tem um caráter obrigatório tanto para o Estado como para os pais. Ambos estão sujeitos à penalidade legal.

7. METODOLOGIA

Para a elaboração do presente trabalho foram utilizadas entrevistas e pesquisa bibliográfica, considerando referências teóricas capazes de sustentar a hipótese de que a reorganização da escola pública numa perspectiva de qualidade ainda não foi incorporada pela sociedade, causando a fragmentação e mascarando a formação dos conceitos básicos sobre cidadania em seus alunos.

Os participantes da pesquisa foram professores e alunos da terceira série do ensino médio da rede pública estadual. De forma autônoma, ocorreu na sala de aula, acompanhada da professora e da Coordenadora de Gestão Curricular. Foi apresentada a pesquisa e perguntado quem gostaria de participar. A disponibilidade foi detectada entre todos os professores da turma e todos os alunos presentes na sala, no dia em que nenhum faltou.

Uma característica encontrada na escola diz respeito à forma como alunos e alunas convivem com os outros segmentos da instituição. Alunos e as alunas preenchem todos os espaços da escola pois têm livre acesso aos mais diversos ambientes, porém não demonstram desrespeito ou indelicadeza ao se relacionar com os funcionários

Sabemos que a sala de aula deve configurar-se num espaço de construção cotidiana, em que alunos e professores devem interagir-se e onde o mediador é o conhecimento. Ela é desafiadora, instigante, espaço de negociação, resistência e reveladora de acertos e erros. Isso tudo talvez se deva à realidade de que os desafios da escola se ampliaram. Sua função não se limita apenas a transmitir conhecimentos. Talvez a função mais importante seja a de provocar a organização das informações que chegam fragmentadas e acríicas. A escola deve então estimular a participação ativa e crítica dos seus alunos através das diferentes tarefas que desenvolvem na sala de aula e fora dela.

Ao considerarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que estabelece princípios orientadores de organização curricular que

garantem aos jovens participar do processo de produção social, observamos que o Ensino Médio, com as suas prerrogativas, tem a finalidade de preparar para a vida. Neste contexto, observamos que os professores procuram contribuir ao tentar despertar no aluno a consciência crítica frente às adversidades encontradas em sua vida.

Consideramos importante observar que a realidade urge por uma prática que privilegia heterogeneidade, para podermos superar a lógica da homogeneidade, pois apenas a ideia da diversidade é capaz de entender um projeto pedagógico em que esteja pensado o trabalho compartilhado que busque a superação. É possível constatar que muitas experiências já comprovaram resultados positivos que ajudaram na gestão de forma geral e gestão de sala de aula. Isso faz ver que sempre é possível transformar a organização das formas de trabalho a partir de idéias criativas, transformadas em práticas competentes, lúdicas e sensíveis.

No tocante à observação, o foco foi centrado na prática pedagógica dos professores, nas ações do órgão responsável pela viabilização da educação no Estado, no modelo de gestão adotado pelo núcleo gestor e nas deficiências individuais dos alunos, aspectos que desenvolvem neles o fracasso escolar.

A realidade vivenciada por nossos alunos, destacando-se os seus graves problemas sociais e de suas famílias e o baixo rendimento na escola denominamos de fracasso escolar. Dessa forma, afirma Charlot (2000) que fracasso escolar não é um objeto, mas uma situação em que se encontram determinados alunos.

Consideramos importante conhecer, entre outros aspectos, as dinâmicas que ocorrem no ambiente escolar, sublinhando o objetivo de mapear e analisar os fatores e circunstâncias que levam a uma aprendizagem adequada, ou não, por parte do aluno. Perseguimos a identificação dos elementos objetivos e subjetivos que nos levam a compreender como surgem as situações de sucesso ou de fracasso escolar e a importância de uma gestão democrática para a efetivação das ações necessárias para que os alunos reconheçam a necessidade de lutarem pelos seus direitos, realizando simultaneamente ações que demonstram a consciência de seus deveres.

De certa forma, podemos afirmar que no campo teórico existe um projeto de concretização de uma escola que quer reconhecer a história de vida de seus alunos, respeitar seus saberes e a partir desses saberes avançar para construir as competências e as habilidades necessárias a uma melhor inserção social, neste

mundo em constantes e intermináveis mudanças.

Cabe também ressaltar que o discurso da “Gestão de Qualidade Total” em educação demonstra a linguagem neoliberal com o objetivo de orientar a educação institucionalizada para as necessidades da indústria e, sendo assim, organizar a educação em forma de mercado, inclusive ansiando reorganizar o próprio interior da educação (as escolas, as salas de aula), de acordo com esquemas de organização do processo de trabalho.

O que estamos vivendo é um processo amplo de redefinição global das esferas social, política e pessoal, no qual complexos e eficazes mecanismos de significação e representação são utilizados para criar e recriar um clima favorável à visão social e política liberal. O que está em jogo não é apenas uma reestruturação neoliberal das esferas econômica, social e política, mas uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social. O projeto neoconservador e neoliberal envolve, centralmente, a criação de um espaço em que se torne impossível pensar o econômico, o político e social fora das categorias que justificam o arranjo social capitalista. (Da Silva, 1994, p. 15).

Para compreendermos as estratégias do projeto neoliberal para o Brasil, no que diz respeito à educação, temos que compreender que esse projeto é parte integrante de processo internacional. Consideramos verdadeira essa afirmação levando em conta que, numa era de globalização e de internacionalização, esses projetos nacionais devem ser compreendidos dentro de uma dinâmica internacional.

É importante entendermos tais questões pois, na área educacional, que é o nosso caso, o pensamento liberal transforma questões políticas e sociais em questões técnicas. Os problemas sociais e educacionais não são tratados como questões políticas, ou seja, como resultado e objeto de lutas em torno da distribuição desigual de recursos materiais e de poder, muitas vezes são vistos como questões meramente técnicas, de eficácia ou ineficácia na gerência e administração de recursos humanos e materiais.

Uma reflexão se faz necessária na medida em que compreendemos o mundo capitalista e sua tendência em querer definir a reestrutura do sistema educacional de acordo com as necessidades de treinamento da indústria e do comércio, numa delimitação de esquemas propostos para serem aplicados a crianças e jovens das classes subalternas. As classes com poder e recursos continuarão a lutar por pedagogias e currículos que garantam seu investimento em capital cultural e sua confortável posição na estrutura econômica e social.

Ao direcionarmos o olhar para a situação objetiva da escola escolhida para o desenvolvimento deste trabalho, observamos que o discurso de “Qualidade Total” fica comprometido, se levamos em conta que a imagem de educação de qualidade de uma escola comprometida com os interesses da comunidade ainda não foi concluída, tendo em vista o grande déficit acumulado durante a sua trajetória, o que não impede por completo a ação docente, mas inviabiliza a construção de um projeto sólido que possa reverter completamente a qualidade da instrução hoje apresentada pelos alunos e egressos das nossas escolas.

Garantir a manutenção e a valorização das conquistas já realizadas se faz necessário se buscamos uma maior participação da comunidade no interior da escola, porém empreender uma luta em prol de outras que não estão ainda contempladas se faz necessário para garantirmos um clima de confiança, de segurança e otimismo no conjunto de profissionais que fazem a Educação do nosso Estado do Ceará e assim evitar o desconforto devido a tantos desencontros, descaso e descompromisso com a educação, ao longo de nossa História.

O desafio da instituição pesquisada é efetivar uma educação presente em uma escola que caminhe articulada com a comunidade, oferecendo conteúdos significativos aos seus membros e reivindicando a exaustiva participação dela para viabilizar a reflexão sobre os temas já descritos aqui, como forma essencial de garantir a cidadania de seus membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de que a Educação deve ser prioridade nacional permeia os diversos discursos proferidos Brasil a fora. Talvez não exista quem discorde dessa premissa. Como sabemos, a melhoria da educação e sua qualidade permitem observar impactos positivos nas questões ligadas à violência, crescimento econômico, questões ambientais, saúde e muitas outras. Com essas evidências a seu favor, ouvimos muito sobre a importância de investimento em educação, porém há uma discrepância entre o discurso e a prática.

Muito se tem veiculado acerca da educação do Estado do Ceará. Os fatores positivos inerentes a essa nova postura das escolas estaduais, pelo menos no aspecto subjetivo, são veiculados constantemente pelos órgãos oficiais do Governo,



como propaganda das ações constantes na política social dos últimos mandatos. A universalização é tida como algo garantido e real, Por outro lado o discurso pela qualidade da educação sobrepõe-se ao discurso da universalização, tendo como pressuposto a certeza de que todos já têm acesso garantido ao ensino fundamental e médio.

A infraestrutura que garante o mínimo necessário para a concretização do projeto educativo coloca-se como o novo alvo da mídia local, sendo apontada como a última conquista governamental concretizada. Faz parte do mesmo discurso a ideia de que todas as escolas estão dotadas de uma infraestrutura que garante o mínimo necessário para a concretização do projeto maior da educação do Estado do Ceará. Algumas ações de modernização da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva foram implantadas pelo Governo do estado do Ceará, como: informatização do controle acadêmico, atividades extracurriculares, reforço alimentar, biblioteca, laboratórios de informática, laboratório de ciências e quadra poliesportiva.

Porém, analisando a vivência do cotidiano escolar, podemos constatar que a realidade construída no imaginário da população, através da mídia, não condiz na sua totalidade com a realidade experienciada. Aparentemente tudo parece correto, democrático, moderno, voltado para os interesses da sociedade; parece que todas as condições objetivas para se consolidar um projeto político-pedagógico que integre todos os alunos, pais, professores, funcionários e gestores funciona satisfazendo os interesses de todos os envolvidos no processo. Vivenciando o cotidiano escolar é que são constatados os contrastes entre o que é dito e o que é realizado.

Nota-se então que é mostrada à sociedade uma imagem de educação de qualidade, de escola comprometida com os reais interesses da comunidade, porém ainda não foram oferecidas as reais condições para tal. Como foi analisado, os componentes necessários para uma gestão de qualidade mínima são, em alguns casos, deficientes e, em outros inexistentes.

Sobre os recursos humanos, o caso é comovente. A necessidade de pessoal administrativo é gritante, pois não existem pessoas suficientes para o serviço de limpeza, merenda escolar, segurança. Com relação à quantidade de professores, vale destacar que o quadro de profissionais concursados ainda é insuficiente, sendo complementado com professores em regime de contrato temporário. Estes por sua

vez vivem em constante angústia pelo fato de, a qualquer momento, serem dispensados do trabalho e, ainda assim, sem nenhum tipo de direito trabalhista. Concordando que as profundas desigualdades caracterizam a sociedade brasileira constituem um sério empecilho para que todos se tornem cidadãos, em qualquer uma das dimensões citadas anteriormente (política, social e civil), constatamos que, em várias situações, são usurpados os direitos dos cidadãos que, mesmo assim, vêm na escola a única forma de garantia de no futuro terem seus filhos capazes de se inserirem no mercado de trabalho (como querem os neoliberais), ou serem capazes de escolher o melhor caminho para suas vidas, tendo como sustentação uma formação que supostamente estimule os princípios da dignidade, cooperação, respeito e ajuda mútuos.

Sabemos que a pobreza de grande parte da população brasileira - agravada pelas políticas recessivas dos governos - coexistindo com níveis elevados de riqueza, coloca severos limites para o acesso universal aos direitos constitucionais. Assim, se uma sociedade é incapaz de garantir as condições materiais mínimas para uma vida decente se não a todos, pelo menos à maioria de seus membros, então a igualdade perante a lei - fundamento da noção de cidadania - torna-se meras palavras escritas em um papel. Quando analisamos a vida dos alunos, percebemos que qualidade de saúde e qualidade de educação existem apenas para alguns.

Quando se fala em “política” na escola, observamos a forte relação com a ideia de “poder” externada nas atitudes e na expressão oral dos alunos. Fácil de entender, pois ela nasce de uma relação de poder que se estabelece entre as pessoas ou grupos de uma sociedade. Por isso existem a política e as várias políticas determinadas por relações de poder em campos específicos. O poder, por sua vez, é uma relação, porém um tipo especial de relação em que existe domínio. Se há domínio, há subordinação, ou o poder não se estabeleceria. Então, para que ninguém exerça o domínio nem se subordine ao outro, deve haver equilíbrio na relação entre as pessoas, estabelecendo um tipo de poder democrático. O poder democrático é aquele que tem gestão, controle, mas não tem superioridade nem inferioridade, não tem o alto nem o baixo. No caso do Brasil, na maioria de suas formas de expressão, o poder está imediatamente associado à dominação, à subordinação, à resignação.

Acredito que seja por isso que a educação para a cidadania exige que

questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e, conseqüentemente, para a reflexão dos alunos. Porém esta tomada de decisão não pode satisfazer apenas ao caráter meramente curricular, pois implica necessariamente constar em um projeto político-pedagógico que gera a cumplicidade entre o aprender e o ensinar, orientado pelo desejo de superação e transformação. Cabe à escola garantir a sua grande contribuição que é a de desenvolver um projeto de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la. Se a escola não consegue mudar a sociedade; ela pode, com segmentos sociais, constituir-se como espaço de transformação, em vez de reprodução.

A realização das condições objetivas para se consolidar um projeto político-pedagógico que integre alunos, pais, professores, funcionários e gestores requer o envolvimento de todos os participantes do processo e, por esta razão, se faz necessário que o discente tenha consciência de seus direitos e deveres na sociedade, tendo em vista que é ele a razão de ser da escola.

Apesar de tudo, há inúmeros jovens que estão fazendo um grande esforço para buscar suas próprias saídas. São alunos críticos que estão atravessando o processo de construção das identidades individuais e sociais, paralelo ao processo de construção dos seus projetos de vida. Esses alunos conseguem entender uma sociedade livre e capaz de resolver parte de seus problemas. Entendem claramente a luta que se trava na sociedade, ao mesmo tempo em que tentam transcender os limites que a própria sociedade lhes impõe.

Torna-se difícil discordarmos da atual situação educacional vigente em nosso país, proferida pelo discurso neoliberal, assim como não concordar com a proposta de mais qualidade para o ensino. O que o discurso neoliberal esconde é a natureza essencialmente política do estado em que se encontra a educação. Se a educação pública se encontra em situação precária, não se pode atribuir a uma suposta má gestão.

Na verdade, elas não possuem os recursos que deveriam ter porque a população a que servem está colocada numa posição de subordinação diante das relações dominantes de poder. Devemos considerar que o modelo de desenvolvimento brasileiro é excludente e, por mais que nos esforcemos para sermos os melhores, não conseguiremos que todas as escolas ofereçam um padrão de qualidade compatível com as necessidades da comunidade.

Diante do contexto descrito, acreditamos que ainda não podemos afirmar de maneira geral que o aluno da terceira série do Ensino Médio da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva seja um indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres, participando ativamente de todas as questões da sociedade. Esse aluno ainda não toma parte nas decisões que interferem diretamente em sua vida, com um sentimento ético forte e consciência da cidadania.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Tradução de Vinicius Figueira – 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRANDÃO, C.R. (org.) **A Questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRANDÃO, C.R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar da educação básica**: 2012. Resumo Técnico. Brasília - DF, 2013. Disponível <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em 10 julho 2015.

_____. MEC. INEP. **Censo da educação básica**: 2011 – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

_____. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, Regulamenta o § 2º do art.**

36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da União, Brasília, DF, 18 de abril de 1997, p. 7760.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, Regulamenta o § 2º do art.**

36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, DF, 26 de julho de 2004.

_____. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/11/2015.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil – leitura crítico-compreensiva – artigo a artigo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

CEARÁ. Conselho de Educação do Ceará. **Resolução N° 414/2006**. Dispõe sobre o exercício do cargo de direção de estabelecimento de ensino da educação básica. Fortaleza, CE, 11 de Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/RES-0414-2006.pdf>. Acesso em: 26/04/2016.

_____. Conselho de Educação do Ceará. **Resolução N° 448/2013**. Dispõe sobre o exercício do cargo de direção de estabelecimento de ensino da educação básica. Fortaleza, CE, 09 de Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/RES-0414-2006.pdf>. Acesso

em: 26/04/2016.

_____. **Portaria 032/2009** de 09 de fevereiro de 2009. Estabelece as normas para o processo de eleição de diretores nas escolas públicas estaduais do Ceará, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE, 9 fev. 2009. Disponível em:
<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20090209/do20090209p01.pdf> .Acesso em: 26/04/2016.

CEARÁ; SEDUC. **Educação Profissional**. Disponível em:

<http://www.ceara.gov.br/governodo-ceara/projetos-estruturantes/ensino-mediointegrado>. Acesso em: 20/03/2015.

_____. **Plano de Expansão e Reforma do Ensino Médio**. PEMCE.

Relatório Geral,
Fortaleza, 30 de agosto de 1999.

_____; SEDUC. **Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em:

<http://www.ceara.gov.br/governo-do-ceara/projetos-estruturantes/ensinomedio-integrado>. Acesso em: 08/12/2015.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAMATTA, Roberto. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2004.

DELORS, Jacques (org.). **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

FARIAS, José Arilton de. **História do Ceará-da pré-história ao governo Cid Gomes**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 5ª edição, 2009.

FAZENDA, Ivani. C. A. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

FERREIRA, N.T. **Cidadania, uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FONTELES, J. O. **Educação de qualidade. Mito ou Realidade?** Fortaleza: Jornal O POVO, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FREITAG, Bárbara. **Política Educacional e Indústria Cultural**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Educação e compromisso**. Campinas: Papyrus, 1985.

GANDIN, L. A. **Educação libertadora**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GENTILI, P. A. A. (org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HAMZE, Amélia. **O que é aprendizagem?** Disponível em:
<http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/o-que-e-aprendizagem.htm>.

KANT, Immanuel. **Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível** (1770). In: KANT, I. *Escritos pré-críticos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 219-282

KONDER, Leandro, "**A questão da cidadania na transição democrática**", in Covre, Maria de Lourdes Mansini (org.), "**A cidadania que não temos**", Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1989.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELLO, G. N. **Cidadania e competitividade: Desafios do Terceiro Milênio**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MORAN, J. M. **Mudar a forma de ensinar com a Internet: transformar aula em pesquisa e comunicação**. Brasília, MEC: um Salto para o Futuro, 1998.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do Futuro**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. Tradução de Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Forense, 1970.

PRAIS, Maria de Lourdes M. **Administração colegiada na escola pública**. 4ª Ed. Campinas: Editora Papyrus, 1996.

RODRIGUES, N. **Educação: da formação humana à construção do sujeito ético**. Revista Educação e Sociedade, Ano XXII, nº 76, out, 2001.

ROSENFELD, Denis L. **O que é Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Todos pela Educação de Qualidade para Todos**. Fortaleza, Ceará. 1995.

SILVA T. T. (org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. **A reforma do Ensino Médio no Ceará: apontando para o céu e tropeçando na realidade**. Disponível em:
<http://27reuniao.anped.org.br/gt05/t052.pdf>.
Acesso em: 20/03/2013. (artigo)